



# REFINARIA DE PETRÓLEO RIOGRANDENSE S.A.

CNPJ/MF 94.845.674/0001-30  
NIRE 43 3 0000283 7

## Relatório da Administração

**Senhores Acionistas,**  
O Conselho de Administração da Refinaria de Petróleo Riograndense S/A (RPR) submete a apreciação de V.S. ao seu Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício 2017. Tais informações, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente, vêm acompanhadas por parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes.

**Perfil da Companhia**  
A RPR tem como principal atividade a produção e comercialização de derivados de petróleo, especialmente, Gasolina, Óleo Diesel, Nafta Petroquímica, Óleo Combustível, GLP, Aguardar, Óleos Especiais, Pentanos e Solventes Leves.

**Ambiente Econômico**  
Em 2017 a economia brasileira apresentou sinais de recuperação com o aumento do investimento externo e do consumo das famílias, indicando estimativa de 1,0% de crescimento no PIB. A inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 2,95%. A taxa de juros básica da economia iniciou o ano em 13,75% a.a. e atingiu 7,00% a.a. no encerramento do exercício. O câmbio médio do 2017 foi de R\$ 3,19 por dólar, com valorização de 9,5% da moeda nacional, em relação a 2016. A cotação da moeda americana no final do período foi de R\$ 3,29. A cotação do petróleo Brent iniciou o ano em US\$ 54,77/barril e fechou em US\$ 64,2/barril, com preço médio de US\$ 54,3/barril em 2017, superior 24,2% em relação ao ano anterior e representando aumento de 13,6% quando convertido em reais em relação ao período de petróleo no mercado internacional elevaram-se ao longo do ano, principalmente, devido a extensão do acordo de corte de produção de petróleo pelos países da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Conforme dados divulgados pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, a demanda do mercado brasileiro por derivados de petróleo registrou um crescimento de 0,6% entre janeiro e novembro de 2017, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No Rio Grande do Sul, o crescimento foi de 1,4% para o mesmo período. Em 2017 consolidou-se no mercado brasileiro a prática de comercialização de derivados de petróleo com preços referenciados em sua cotação internacional (paridade importação). Nesse contexto, os preços da gasolina e do óleo diesel nas refinarias tiveram reajustes saltares para refletir essas oscilações. No acumulado do ano, a gasolina e o óleo diesel aumentaram, respectivamente, 7,8% e 10,7%.

### A REFINARIA RIOGRANDENSE

Em 2017 a RPR adquiriu petróleo, correntes intermediárias e produtos, nacionais e importados, processou as matérias-primas, formulou os derivados e os comercializou, principalmente, na região sul do Brasil. As aquisições de correntes e produtos atingiram volume de 270 mil m<sup>3</sup>, representando 25% do total da venda do ano. Adicionalmente, o aumento na importação de derivados na região propiciou que a RPR atuasse mais intensamente na prestação de serviços de armazenagem de combustíveis a terceiros, utilizando a flexibilidade de sua tancaçã.

### Processos de Gestão

A RPR tem preocupação com o equilíbrio entre a preservação ambiental, a qualidade de vida e a produção industrial, objetivando o crescimento socioeconômico sustentável e a garantia da segurança dos seus empregados e da comunidade onde está inserida. Para assegurar o atendimento desses objetivos, a RPR alcançou em 2017 a recertificação do seu Sistema de Gestão Integrada (SGI), que engloba as normas ISO 9001 (Qualidade), ISO 14001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18001 (Segurança e Saúde Ocupacional). Realizou a integração do seu sistema de gestão ambiental, a RPR atendeu os requisitos do CONAMA, verificados em auditoria específica. Para promover a evolução da cultura do comportamento seguro, implantamos em 2017 o Programa "Operar Seguro", sustentado em boas práticas de segurança e na gestão de riscos operacionais.

### Investimentos

Em 2017, a RPR investiu R\$ 13,3 milhões em projetos direcionados à garantia da confiabilidade operacional das unidades de processo e à manutenção de níveis adequados de

segurança, qualidade, preservação ambiental e produtividade nas suas operações industriais. Os investimentos relevantes foram: i) estocagem e transferência de produtos no valor de R\$ 2,8 milhões; ii) adequações e equipamentos para unidades de processo no valor de R\$ 2,7 milhões; iii) melhorias no sistema de utilidades no valor de R\$ 2,5 milhões; iv) modernização do terminal logístico no valor de R\$ 2,0 milhões; e v) melhorias relativas à segurança e meio ambiente no valor de R\$ 1,7 milhões.

### Peças

Aplicação de Recursos Humanos da Companhia visa estabelecer um relacionamento de longo prazo com seus empregados através de um abrangente plano de benefícios e um sistema de remuneração e recompensa que reconhece o desempenho. Os benefícios oferecidos incluem participação nos lucros e resultados, gratificações por tempo de serviço, plano de saúde, plano de previdência privada, seguro de vida, extensão da licença maternidade, auxílio creche, incentivo escolar aos filhos, refeitório na empresa e entidade recreativa, entre outros. O programa de treinamentos atingiu 271 colaboradores (90% do efetivo da empresa), alcançando índice de 3,5% de HH treinado. Avançamos também nos programas de desenvolvimento gerencial, com treinamentos para os diversos níveis de liderança da Companhia, como preparação para lidar com os desafios futuros. Com objetivo de incrementar sua integração com a comunidade, a RPR oferece oportunidades a universitários e jovens assistenciais em Rio Grande e São José do Norte e beneficia 5.000 pessoas por mês. Adicionalmente, a companhia desenvolveu ações intensas de engajamento e voluntariado de seus colaboradores e familiares. A execução dos projetos Saola Literária e Estante de Histórias destinarão 10 mil livros para 59 escolas municipais de Rio Grande, beneficiando 11.800 crianças. A Ala de Queimados do Hospital Santa Casa do Rio Grande recebeu recursos para melhorias em suas instalações e o Centro de Convivência dos Meninos do Mar (COCMAR) recebeu equipamentos para a Sala de Informática.

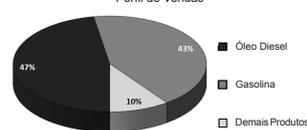
Consistente do seu papel no desenvolvimento econômico e social da cidade do Rio Grande, a RPR orienta suas ações de responsabilidade social para educação, segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. O Projeto Pescar, em sua 7ª turma na RPR, formou 18 jovens em 2017. O Banco de Alimentos, do qual a RPR é mantenedora, atende mais de 50 entidades assistenciais em Rio Grande e São José do Norte e beneficia 5.000 pessoas por mês. Adicionalmente, a companhia desenvolveu ações intensas de engajamento e voluntariado de seus colaboradores e familiares. A execução dos projetos Saola Literária e Estante de Histórias destinarão 10 mil livros para 59 escolas municipais de Rio Grande, beneficiando 11.800 crianças. A Ala de Queimados do Hospital Santa Casa do Rio Grande recebeu recursos para melhorias em suas instalações e o Centro de Convivência dos Meninos do Mar (COCMAR) recebeu equipamentos para a Sala de Informática.

Em 2017, a RPR recebeu o prêmio de melhor empresa de ranking Maiores e Melhores 2017 e destaque na edição 2017 das 500 Maiores do Sul no ranking da Revista Amãnia.

O processamento médio de petróleo em 2017 foi de 14.500 barris/dia, superior 4,3% em relação ao ano anterior, refletindo a otimização das unidades de processo e a não ocorrência de paradas programadas para manutenção. Todos os petróleos adquiridos no ano foram oriundos de importações, com destaque para o processamento pela primeira vez na RPR do petróleo EI-Sharara, originário da Líbia.

As vendas de derivados em 2017 atingiram recorde histórico, alcançando 1.037 mil m<sup>3</sup>, 4,8% superior ao ano anterior, reflexo do aumento da produção, das aquisições de correntes intermediárias e produtos e do crescimento da atuação da RPR no mercado da região sul do Brasil (RS, SC e PR). Houve crescimento na participação da Companhia no mercado de derivados de petróleo do RS, passando de 12,7% em 2016 para 12,8% em 2017, destacando-se as participações de 13,3% na gasolina e 13,9% no óleo diesel.

### Perfil de Vendas



### Resultado Econômico Financeiro

As margens na comercialização dos derivados, o aumento do volume de vendas e a seleção adequada das matérias-primas influenciaram positivamente os resultados econômicos e financeiros da Companhia em 2017.

Indicadores (R\$ milhões):	2017	2016	Var. 17/16
Receita Bruta	2.534,0	2.245,4	13%
Receita Líquida	1.579,3	1.490,5	6%
Resultado Operacional	141,8	124,6	14%
Lucro Líquido do Exercício	106,1	86,7	22%
EBITDA	153,5	135,6	13%

### Endividamento

A Companhia terminou o exercício com uma dívida bruta de R\$ 9,0 milhões, inferior 84% em relação a 2016 e com caixa líquido de R\$ 194,1 milhões, aumento de R\$ 93,2 milhões em relação ao ano anterior.

### Perspectivas

Em 2018, vislumbramos a continuidade da política de precificação de derivados no mercado brasileiro baseada na paridade importação. No entanto, o cenário da atividade de refino de petróleo no Brasil indica margens inferiores a 2017, devido ao aumento nos custos de aquisição dos petróleos como reflexo do acordo para redução de produção pelos países da OPEP. Em atendimento às diretrizes estabelecidas pelos seus controladores, a Administração continuará direcionando suas ações para a garantia da confiabilidade operacional, com foco na segurança de pessoas e processos, e a preservação do meio ambiente, além da otimização dos recursos e ativos, objetivando geração de valor e manutenção da solidez financeira. Agradecemos aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores pela confiança, dedicação e apoio recebidos ao longo de 2017.

### A Administração.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	203.118	156.228
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	6	59.892	56.275
Ganhos não realizados com derivativos	18d	7.591	-
Estóques	7	117.351	71.574
Impostos a recuperar	8	1.314	941
Outros ativos circulantes		835	1.198
		390.101	286.216
<b>Não circulante</b>			
Outros ativos não circulantes	6	896	772
Depósitos judiciais	14	3.679	2.825
Imobilizado	10	192.670	188.295
Intangível		345	555
		197.550	192.447
<b>Total do ativo</b>		<b>587.691</b>	<b>478.663</b>
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Financiamentos, empréstimos e debêntures	11	8.743	46.591
Fornecedores	12	170.239	31.602
Perdas não realizadas com derivativos	18d	-	3.053
Impostos e contribuições a recolher	13	57.235	63.827
Salários e encargos sociais	14	16.080	16.080
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	2.913	2.714
Provisão para benefício pós-emprego	15	4.665	5.285
Dividendos propostos	17	32.703	26.096
Outros passivos circulantes		8.942	4.434
		299.737	198.892
<b>Não circulante</b>			
Financiamentos, empréstimos e debêntures	11	252	8.742
Financiamentos, empréstimos e debêntures	21	31.135	33.109
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	14	10.734	18.537
Provisão para benefício pós-emprego	15	44.795	43.687
Dividendo adicional proposto	17	86.916	104.075
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		42.064	42.064
Ajustes de avaliação patrimonial		56.673	47.293
Reserva legal		8.413	8.413
Reserva de lucros		17.580	17.580
		120.130	115.350
		201.038	175.896
		587.691	478.663
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>587.691</b>	<b>478.663</b>
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras	

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
<b>Receita operacional líquida</b>		1.579,3	1.490,5
Custos dos produtos vendidos e dos serv. prestados	22	(1.392,388)	(1.319,796)
<b>Lucro bruto</b>		186,933	170,720
Outras receitas operacionais		3.043	81
Despesas operacionais	22	(10,388)	(7,289)
Despesas gerais e administrativas	22	(37,746)	(38,411)
<b>Lucro antes das rec. (desp.) financ. liq. e impostos</b>		141,842	124,561
Receitas financeiras		22,059	20,986
Despesas financeiras		(8,201)	(16,201)
<b>Lucro antes dos impostos</b>		155,699	129,339
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(53,265)	(45,668)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	1.974	2.411
<b>Lucro líquido do exercício</b>		106,109	86,862
<b>Lucro por ação</b>			
Lucro por ação ordinária básico e diluído (em R\$)		6,5059	5,3148
Lucro por ação preferencial básico e diluído (em R\$)		7,1564	5,8462
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>		106,109	86,862
Ganhos (perdas) não realizados (as) com derivativos	18d	10,644	(9,965)
Ganhos (perdas) atuais de plano de benef. definidos	15	1,638	(7,43)
Outros resultados abrangentes		12,282	(17,428)
<b>Resultado abrangente total</b>		118,391	69,454
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto
			Reserva Legal	Reserva de lucros	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	42.064	67.638	5.320	30.529	-
Capital do exercício	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(20,345)	-	-	-
Total de resultados abrangentes no exercício	-	(20,345)	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	(12,949)	-
<b>Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido</b>					
Dividendos propostos	-	-	-	-	(25,949)
Constituição de reservas	-	-	3.093	60.546	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	42.064	47.293	8.413	78.128	-
Capital do exercício	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	9.380	-	-	-
Total de resultados abrangentes no exercício	-	9.380	-	-	-
Dividendo adicional	-	-	-	-	(76,308)
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	(60,546)
Dividendos propostos	-	-	-	-	76.308
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	42.064	56.673	8.413	17.580	76.308
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)			
	2017	2016	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	157.400	129.939	
Ajustes			
Depreciação e amortização	11.952	11.002	
Resultado na venda de ativos imobilizados	(39)	174	
Encargos financ. não realiz. sobre emprést. e financiamentos	4.801	13.165	
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.933	4.153	
Provisão para benefício pós-emprego	2.026	931	
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Aumento em contas a receber	(3.617)	(7.306)	
Aumento em outros ativos	(45,777)	27.922	
Aumento (Redução) em fornecedores	138.637	(19.394)	
(Aumento) Redução dos demais grupos do ativo	(988)	9.156	
Aumento (Redução) dos demais grupos do passivo	(11,546)	43.373	
Aumento (Redução) em outros passivos	(53,908)	(6,638)	
Juros e encargos pagos sobre empréstimos e financiamentos	(4,801)	(21,621)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	196,077	146,224	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativos	(16,352)	(9,621)	
Venda de ativos	20	10	
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>			
Emprestimos e financiamentos tomados	31.011	50.589	
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(17,350)	(84,373)	
Pagamentos de dividendos	(86,495)	(20,014)	
<b>Caixa proveniente das (aplic. nas) ativ. de financiamento</b>	(132,834)	(53,798)	
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	46.890	82,805	
No início do exercício (Nota 5)	156,228	73,423	
No fim do exercício (Nota 5)	203,118	156,228	
	46.890	82,805	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

**2 Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: Adoção do custo atribuído aos itens do imobilizado - em 1º de janeiro de 2009 - Instrumentos financeiros - Ganhos / Perdas não realizadas com derivativos - e Ativo ou passivo líquido de benefício definido e reconhecido como o custo justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para a milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas, premissas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas imediatamente. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos

no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 10** - Imobilizado; **Nota 14** - Provisões para riscos; **Nota 15** - Benefícios a empregados; **Nota 18d** - Instrumentos financeiros.

**3 Principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que são originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos passivos financeiros sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os direitos contratuais são extintos ou cancelados. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração:** A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos, recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros credores (veja nota explicativa 18). As contas a receber de clientes são registradas pelo valor líquido, incluindo os respectivos ajustes. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante

risco de mudança de valor. **(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração:** A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, empréstimos e debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Um passivo financeiro é reconhecido inicialmente pelo valor justo por meio do resultado e desreconhecido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia avalia o efeito do ajuste a valor presente (AVP) sobre os saldos de passivo e não identificou valores materiais a serem ajustados. **(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. No momento da designação inicial do hedge, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de 80-125 por cento. Para um hedge de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deveria ter a sua ocorrência como altamente provável e deveria apresentar uma expectativa de gerar fluxos de caixa que não finalizem o lucro líquido reportado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

describa abaixo. **Hedged de fluxos de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma obrigação prevista altamente provável, o resultado do hedge é reconhecido em resultado de variações no valor específico do derivativo e é reconhecido em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo período que os fluxos de caixa (hedge) são reconhecidos. O instrumento de hedge em demonstrações de resultados contém o item objeto de hedge. Qualquer porção não ativa das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem até que a transação prevista afete o resultado. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. **b. Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, do dois o menor. No valor de custo dos estoques estão incluídos os custos de aquisição e os relacionados diretamente ao processo de produção. Os estoques de valor realizável líquido baseiam-se nos preços de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. Os materiais e suprimentos estão demonstrados no balanço patrimonial pelo valor que não pode exceder ao valor de reposição. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, caso aplicável. Quando se trata de imobilizado adquirido em troca de outro ativo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentam o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do subsequente aumento de valor não seja permitida, a adoção de valores de custo de aquisição não altera sua política de dividendos. O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local de destino para o qual está sendo adquirido e os custos de transporte e instalação. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos recebidos da alienação e o custo de aquisição menos o valor de depreciação acumulado dentro de outras receitas/despesas no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente gerarão receita para a Companhia e o custo de reposição for mensurável. O custo contábil do componente que tenha sido reposido por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo ou outro valor substituído do custo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A Companhia considera as seguintes vidas úteis econômicas para os bens constantes de seu ativo imobilizado: Edifícios e benfeitoria - 60 anos; Máquinas, equipamentos e instalações de operações - 8-35 anos; Móveis e utensílios - 8-32 anos; Computadores e periféricos - 5-8 anos; Veículos - 10 anos. Os efeitos em taxas médias de depreciação para os itens com intervalo de vida útil variável são calculados com base no método de custo médio ponderado. **(iv) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável. Não ocorreram indicações de perda de valor recuperável para os itens com intervalo de vida útil variável. **(v) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados, consequentemente, a Companhia não possui provisão para redução ao valor recuperável registrada nesse exercício. **e. Benefícios concedidos a empregados:** Os compromissos assumidos com os planos de benefícios de assistência médica, previdência complementar, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referidos ao aumento do valor presente da obrigação, o presente do custo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fator gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativas de mortalidade, incapacidade, migração, aposentadoria, econômica e econômica e também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefícios definidos em outros resultados abrangentes. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função passada ou presente de uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **g. Capital social:** Ações ordinárias: As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais são registrados em outros resultados abrangentes, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** As ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. Ações preferenciais não são diretas de voto e possuem o direito de participação no capital líquido e no resultado líquido preferencial tem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo circulante. **h. Receita operacional:** A receita operacional da venda de produtos é medida pelo valor de venda líquido de impostos e despesas operacionais. A receita operacional é reconhecida quando: (i) existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos produtos foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, (iii) os custos associados e a provável receita em função passada ou presente de uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento da transferência dos riscos e benefícios de dependência dos produtos individuais do contrato de venda. Para a venda de derivados de petróleo, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para os produtos. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem principalmente juros e dividendos recebidos em função de investimentos em títulos de juros e reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros e encargos sobre financiamentos. Custos de financiamento que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou aquisição de um ativo mensurados pelo custo histórico são reconhecidos no resultado líquido. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, o exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para empresas de pequeno porte. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente dos tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido antes do imposto de renda e a contribuição social. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem. Benefícios de natureza decorada ou substantivamente decorada até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas apenas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. **k. Novas normas e interpretações:** As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigor, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC. **IFRS 9 - "Instrumentos financeiros":** emitido em novembro de 2009, o IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. traz, ainda um novo modelo de perdas em crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, sendo necessário passar a avaliar quais são os riscos de mercado que a Empresa está sujeita. O IFRS 9 traz mais flexibilidade para a Empresa em reconhecer o resultado líquido, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a Administração usa para o custo de gestão do risco de mercado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores e as diferenças nos valores contábeis serão reconhecidos em 1º de janeiro de 2018 e absorvidos no lucro acumulado e resultado líquido. **IFRS 16 - "Arrendamento":** emitido em janeiro de 2014. Esta norma tem como objetivo estabelecer os princípios que uma Empresa deve aplicar para divulgar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixa decorrentes de um contrato com cliente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não possui contratos de longo prazo sobre a mensuração e época para o reconhecimento de receita de contratos com nossos clientes e entende que não haverá mudanças significativas em relação à prática atualmente adotada. Eventuais impactos, embora não esperados, deverão ser tratados prospectivamente na demonstração de resultados financeiros em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer com ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor material. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma e entende que poderá gerar efeito sobre as divulgações da Companhia. Devido ao fato de, no momento inicial de adoção, termos um incremento no saldo do ativo sob o critério de reconhecimento de uso de ativo e um decréscimo no resultado líquido de arrendamento mercantil. O incremento inicial no passivo, como consequência, gerará um incremento na dívida líquida da Companhia. A Administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. Não há outras normas IFRS ou interpretações emitidas pelo IASB que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Gerenciamento de risco financeiro:		31/12/2016		2017	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	12.272	-	-	-	12.272
Edifícios e benfeitorias	38.329	-	-	2.452	40.781
Máquinas, equipamentos	269.456	6.344 (271)	-	-	275.804
Móveis e utensílios	2.664	246	-	9	2.919
Computadores e periféricos	3.398	516 (9)	-	-	3.907
Veículos	420	94	-	-	514
Obras em andamento	4.243	8.861 (241)	-	(3.018)	9.845
Outros	63	5	-	-	68
Total	330.862	16.302 (549)	-	-	346.614

Movimentação do custo		31/12/2015		2016	
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	Custo
Terrenos	12.272	-	-	-	12.272
Edifícios e benfeitorias	38.329	-	-	116	38.329
Máquinas, equipamentos	254.960	3.119 (1.378)	-	-	269.456
Móveis e utensílios	2.440	197	-	-	2.664
Computadores e periféricos	3.354	151 (10)	-	-	3.398
Veículos	420	94	-	-	514
Obras em andamento	10.372	6.060 (2.086)	-	(13.102)	4.243
Outros	63	5	-	-	68
Total	324.792	9.621 (3.551)	-	-	330.862

b. Movimentação da depreciação		31/12/2016		31/12/2017	
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação	
Edifícios e benfeitorias	(12.897)	(1.236)	-	-	(14.134)
Instalações de operações	(125.950)	(9.611)	32	-	(135.529)
Móveis e utensílios	(1.747)	(95)	-	-	(1.842)
Computadores e periféricos	(1.708)	(426)	-	-	(2.134)
Veículos	(23)	(6)	-	-	(29)
Outros	(27)	(5)	-	-	(32)
Total	(142.566)	(11.411)	32	-	(153.945)

31/12/2015		31/12/2016		31/12/2017	
	Depreciação	Adições	Baixa	Depreciação	
Edifícios e benfeitorias	(11.678)	(1.219)	-	-	(12.897)
Máquinas, equipamentos e instalações de operações	(117.310)	(9.144)	503	-	(125.950)
Móveis e utensílios	(1.695)	(54)	2	-	(1.747)
Computadores e periféricos	(1.414)	(299)	7	-	(1.708)
Veículos	(23)	(6)	64	-	(29)
Outros	(23)	(5)	-	-	(29)
Total	(132.353)	(10.789)	576	-	(142.566)

Durante o exercício de 2017 a Companhia realizou revisões periódicas da vida útil estimada dos itens de imobilizado, sendo que não houve alterações relevantes na vida útil estimada nos exercícios anteriores.

11 Financiamentos, empréstimos e debêntures		31/12/2017		31/12/2016		Ano de Encargos	
	Saldo em	Valor de	Encargos	Saldo em	Valor de	Encargos	Vencimento
<b>Moeda nacional</b>							
BNDES Automático	-	377	5.003	4.30% a.a. + TJLP	-	-	2017
BNDES Automático	-	148	1.251	3,30% a.a. + IUMBDES	-	-	2017
BNDES Automático	410	-	851	4,50% a.a. + 5,50% a.a.	2018	-	2018
Debêntures	8.585	26.333	50.179	11,50% CDI	-	-	2018
<b>Moeda estrangeira</b>							
Finimp	-	21.453	19.313	VC + 3,96% a.a.	-	-	2017
Finimp	-	21.453	9.964	VC + 3,53% a.a.	-	-	2017
Total circulante	8.743	46.591	85.934		-	-	2017
Total não circulante	252	8.742	-		-	-	2017

As parcelas classificadas no passivo não circulante tem o seguinte cronograma de pagamentos: 2019 a 2021

Ano	Valor
2019	252
2020	252
2021	252

12 Fornecedores		31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo em	Valor de	Encargos	Saldo em	Valor de
Fornecedores	123.665	-	-	123.665	-
Sociedades controladoras	46.574	-	-	46.574	-
Empresas ligadas	170.239	-	-	170.239	-
Total	340.478	-	-	340.478	-

A composição de fornecedores com partes relacionadas está detalhada na nota explicativa 9.

13 Impostos e contribuições sociais a recolher		31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo em	Valor de	Encargos	Saldo em	Valor de
IRRF	3.322	-	-	3.322	-
PIS/COFINS	26.165	-	-	26.165	-
CIDE	451	-	-	451	-
ICMS	25.906	-	-	25.906	-
IRCS	354	-	-	354	-
Outros	57.236	-	-	57.236	-
Total	113.434	-	-	113.434	-

14 Provisões para riscos:		31/12/2017		31/12/2016	
	Saldo em	Valor de	Encargos	Saldo em	Valor de
Fiscais	2017	2016	2017	2016	2016
Cíveis	902	663	-	-	-
Circulante	12.733	11.043	3.679	-	2.825
Non circulante	13.647	21.251	3.679	-	2.825
Total	29.132	27.114	7.358	-	5.650

O valor a pagar está registrado no balanço patrimonial em "Outros passivos circulantes" assim como a redução de multa e juros está registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas operacionais". **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em conjunto com os seus consultores legais, não registrou provisão para riscos sobre esses valores por entenderem que não haverá perdas. **Riscos possíveis:** A Companhia possui processos em andamento relacionados a questões trabalhistas e cíveis relativas respectivamente a questões ajuizadas por ex-empregados e inquérito civil público cuja probabilidade de desfecho desfavorável foi avaliada como possível, no montante de R\$ 141 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.043 em 31 de dezembro de 2016). A Administração, em

Continuação

Table with columns for 2017 and 2016. Rows include: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes, Saldo final em 31 de dezembro, Custo de serviço corrente, Custo dos juros, Composição de despesas no ano.

Table with columns for 2017 and 2016. Rows include: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes, Saldo final em 31 de dezembro, Custo de serviço corrente, Custo dos juros, Composição de despesas no ano.

Table with columns for 2017 and 2016. Rows include: Valor presente das obrigações totalmente descobertas em 01 de janeiro, Despesas no ano, Benefícios pagos pela empresa no ano, Reconhecimento imediato dos ganhos em outros resultados abrangentes, Saldo final em 31 de dezembro, Custo de serviço corrente, Custo dos juros, Composição de despesas no ano.

Outros resultados abrangentes em 31/12/2015: Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2015, Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2016, Ganhos atuariais acumulados em 31/12/2017.

Table with columns for 2017 and 2016. Rows include: Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Plano Médico), Taxa de desconto nominal acrescida da inflação (Seguro de Vida), Taxa de inflação (longo prazo), Taxa de crescimento dos custos médicos, Fator nominal de crescimento do saldo do FGTS, Fator de capacidade dos salários e benefícios, Premiais biométricas utilizadas (consistentes em todos os anos apresentados), Tábua de mortalidade - AT 2000 Basic suavizada em 10% e segregada por sexo (\*), Tábua de mortalidade - Towns Watson ajustada ao estudo de 2006, Tábua de mortalidade de inválidos - RRB 1983, Tábua de entrada de invalidez - RRB 1944 modificada, % de participantes ativos casados na data da aposentadoria: 95%, Diferença de idade entre participante e cônjuge: esposas são 4 anos mais jovens que os seus esposos e 3 anos mais jovens que os seus esposos, Para o benefício de Seguro de Vida foi utilizada a tábua de mortalidade CSO-90.

17 Patrimônio líquido a: Capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social autorizado era composto de 5.158.475 ações ordinárias e 10.137.525 ações preferenciais não cumulativas e não resgatáveis. As ações ordinárias e preferenciais possuem valor nominal de R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos). b. Reserva de lucros: Reserva legal - é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, descontados prejuízos acumulados, se houver, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.044/76 e estatuto social da companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 2017 não houve valor destinado para reserva legal, pois a mesma já atingiu o limite de 20% do capital social (R\$ 5.093 em 2016). c. Remuneração aos acionistas: Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S/A e de acordo com o estatuto social da Companhia. Os acionistas portadores de ações preferenciais têm direito a receber dividendos ou juros sobre capital próprio 10% superiores aos dos acionistas portadores de ações ordinárias. Em 2017, os dividendos foram calculados conforme segue:

Table with columns for 2017 and 2016. Rows include: Lucro líquido do exercício, (c) Reserva Legal, Outros resultados no exercício - realização da mais valia imobilizado, Base de cálculo para dividendos propostos, Dividendos mínimos propostos (30%), Sub total para destinação, Valor do dividendo por ação ordinária: R\$ 2,0051, Valor do dividendo por ação preferencial: R\$ 2,2056.

d. Ajustes de avaliação patrimonial: Constituída em decorrência da opção pela adoção do custo atribuído (deemed cost) que ajustou os saldos de abertura dos bens do ativo imobilizado na data de transição em 1º de janeiro de 2009 com base em laudo de avaliação elaborado por peritos independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondente estão classificados no passivo não circulante. O ajuste do custo atribuído registrado na reserva de ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados líquida dos encargos tributários. Os demais valores que compõem a conta são referentes a variação do valor justo dos planos de benefício a empregados e ganhos e perdas não realizadas em coberturas de fluxo de caixa.

18 Instrumentos financeiros a: Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Table with columns for Recebíveis, Valor justo, Recebíveis, Valor justo. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Ganhos não realizados com derivativos, Outros ativos circulantes.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

18 Instrumentos financeiros a: Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Table with columns for Recebíveis, Valor justo, Recebíveis, Valor justo. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Ganhos não realizados com derivativos, Outros ativos circulantes.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2016 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

31 de dezembro de 2017 Passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, empréstimos e debêntures, Fornecedores.

mentado (reduziu) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados abaixo.

Análise de sensibilidade taxa variável (1%) Alteração na taxa de juros sobre financiamentos: 553. Análise de sensibilidade taxa variável (1%) Alteração na taxa de juros sobre financiamentos: 553.

Alteração na taxa de juros sobre financiamentos: Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, correspondentes aos valores contábeis apresentados no balanço patrimonial são os seguintes:

Table with columns for 31 de dezembro de 2017, Valor contábil, Valor justo. Rows include: Caixa e equivalentes de caixa, Financiamentos e empréstimos.

19 Receita líquida de vendas: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Table with columns for 2017, 2016. Rows include: Receita bruta de venda de produtos, Receita bruta de serviços, Impostos sobre vendas, Vendas canceladas, Total da receita operacional líquida.

20 Receitas financeiras e despesas financeiras Despesas financeiras: Variações cambiais passivas, Variações monetária passivas, Outros.

21 Despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social devida em resultado é demonstrada como segue:

Table with columns for 2017, 2016. Rows include: Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota fiscal combinada, Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada, Imposto de renda e contribuição social por diferenças temporárias não dedutíveis, Outros - Juros sobre capital próprio.

Imposto de renda e contribuição social no resultado: IR e CSLL corrente, IR e CSLL diferidos, Alíquota efetiva.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia reconhece créditos e débitos tributários decorrentes de adições temporárias e reavaliação de ativo imobilizado. Os créditos estão substanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

Table with columns for 31/12/2017, 31/12/2016. Rows include: Provisões para riscos trabalhistas, Demais provisões, Total.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é de até 1 ano. Passivos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos têm a seguinte origem:

Table with columns for 31/12/2017, 31/12/2016. Rows include: Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído, Diferença de vidas úteis - depreciação, Passivo não circulante.

22 Despesas por natureza Despesa com pessoal - remuneração, Matéria-prima e produtos adquiridos, Despesas com encargos e benefícios aos empregados, Outros, Despesas de vendas, Despesas administrativas, Custos dos produtos e dos serviços vendidos.

23 Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 701,180 (R\$ 622.306 em 2016); riscos para transporte de R\$ 1.654,000 (R\$ 1.620,500 em 2016) e responsabilidade civil de R\$ 827,000 (R\$ 814,775 em 2016) pelo período de 18 meses.

Conselho de Administração

Rodrigo Costa Lima e Silva - Presidente, Paulo Henrique de Faria Aragão - Conselheiro, Hardi Lutz Schuck - Conselheiro, Pedro van Langendonck Teixeira de Freitas - Conselheiro, Marcelo De Simone - Conselheiro, Flávio do Couto Bezerra Cavalcanti - Conselheiro.

Diretoria

Hamilton Romanato Ribeiro - Diretor Superintendente, Sérgio Satt Júnior - Diretor, Thais Cipollina Pereira Tinubu - Contadora CRC RS-097449-07.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, em um alto nível de segurança, não houver uma garantia de que a auditoria realizada pela Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinar ou considerar necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, dividindo quando necessário os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista disponível e que ela determinar ou considerar necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exigimos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Porto Alegre, 01 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Segueiro Contador CRC SP-24452/O-9 J-RS